Elenco e matérias das provas escritas e orais de avaliação de conhecimentos

(Nos termos do n.º 3, do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto)

Aprovado na reunião do Conselho Científico de 16 de outubro de 2024

A) CIÊNCIAS HISTÓRICO-JURÍDICAS

Direito Romano

I. O Direito Romano como origem do Jurídico

1. O conceito de Direito Romano (DR)

2. A regra jurídica. Regra jurídica e regra religiosa (*ius* e *fas*)

3. A justiça e os conteúdos jurídicos

4. A importância da periodificação para o estudo do DR

II. A História do Direito Romano

1. Primeiro período: Roma do *rex* e das gentes 753 a.C.- 509 a.C.

2. Segundo período: transição do *rex* e das gentes para a *res publica* 509 a.C.-367 a.C.

3. Terceiro período: o *Populus romanus* e a *res publica* 367 a.C.-27 a.C.

4. Quarto Período: o *princeps* como *primus inter pares* 27 a.C.-285

5. Quinto período: o *princeps* como *rex* no império único 285-395

6. Sexto período: o declínio da *pars occidentis* do império romano 395-476

III. As Fontes do *Ius Romanum*

1. As fontes de criação dos *mores maiorum* ao *ius civile*

3. A *iuris prudentia* como fonte de *ius civile*

IV. A iurisprudentia e a crise do ius civile

1. A revogação *do ius civile* pela lei

2. A *iuris prudentia* e o *ius novum*

3. A separação entre *ius civile* e *ius honorarium*

V. A *iusrisprudentia* pelos *iurisprudentes*: as mudanças do ser jurídico

1. A noção de *iurisprudentia*

2. O método jurisprudencial de criar Direito

3. A atividade dos jurisprudentes

4. A importância da "época clássica"

5. As duas escolas jurisprudenciais: proculianos e sabinianos

6. O êxito do *ius publice respondendi* e a ação de Augusto

7. A *iurisprudentia* no tempo de Adriano e de Diocleciano

8. As codificações e o fim da *iurisprudentia*

VI. A acção dos magistrados como fonte de criação de *ius*

1. O pretor como magistrado

2. O *edicto* do pretor

3. Os expedientes do pretor baseados no *imperium* e na *iurisdictio*

4. A atuação do Juiz

5. Sentença, recurso e caso julgado

VII. As Fontes Políticas do *ius novum*: a *lex romana*

1. A Lei da XII Tábuas e o início da lei como fonte de Direito em Roma

2. Os plebiscitos e as *leges dactae* e *rogatae*. A *sanctio* na eficácia da lei

3. Os *senatus consulta* como fonte legislativa. A designação dos *senatus consulta*

4. O poder legislativo da *princeps*. As constituições imperiais: partes constitutivas e tipos/espécies

VIII. O Código como fonte exclusiva de Direito: a Codificação do *ius Romanum*

1. A constituição de Valentiniano III de 426

2. A Lei das Citações

3. As Escolas de Beirute e de Constantinopla

4. A vulgarização do *ius Romanum* no Ocidente

5. *Corpus Iuris Civilis* (CIC) surgimento e composição. A centralidade do Digesto

IX. A Cristianização do Direito Legal Romano

1. Constantino e o edito de Milão

2. A diferença entre Oriente e Ocidente

3. A influência inicial do cristianismo na legislação romana

4. A transição da *iurisprudentia* para a teologia

X. Política e Direito

1. A *res publica* em Roma

- A lei das XII Tábuas como compromisso político pelo Direito

- A propriedade como questão política: os Gracos e a oposição Roma/Itália

- A república e o equilíbrio entre Senado e Comícios

- A escravatura e a crise provocadas por Espártaco

- A ação de Júlio César e o fim da *res publica*

- A vitória de Octávio como Augusto

2. O Principado: regime político do *primus inter pares*

- O Principado como regime político e como sistema de governo

- Adriano e a codificação do edito do pretor: o efeito político

- O *Edicto* de Caracala de 212: a cidadania como arma imperial

3. A monarquia Absoluta/Dominado

- Diocleciano e a alteração das fontes de Direito

- O conteúdo do Direito após Constantino

- O Cristianismo na Roma tardia: as influências recíprocas entre Império e Igreja

- O efeito jurídico-político da barbarização do exército romano

BIBLIOGRAFIA

- Eduardo Vera-Cruz Pinto, *Introdução ao Direito Romano. As Questões Fundamentais*, Lisboa, AAFDL, 2022.

Alejandrino Fernández Barreiro e Javier Paricio Serrano, *Historia del derecho romano y su recepción europea*, Madrid, Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y Sociales, 2021.

António Alberto Vieira Cura e David Magalhães, *Direito Romano – Casos práticos resolvidos*, Coimbra, Gestlegal, 2017.

António dos Santos Justo, *Breviário de Direito Privado Romano*, Coimbra, Coimbra Editora, 2010.

António dos Santos Justo, *Direito Privado Romano I*, Coimbra, Coimbra Editora, 2011.

AA. VV. *Estudos de Direito Romano*, 2 vols., Lisboa, AAFDL, 1989.

AA. VV. *Prontuário Jurídico*, coord. Pedro Caridade Freitas *et alli*, AAFDL, 2021, pp. 97-175.

Eduardo Vera-Cruz Pinto, *Apontamentos de Direito Romano,* Cascais, Principia, 2015.

Eduardo Vera-Cruz Pinto, *Lições de História do Direito Romano*, vol. I, Lisboa, AAFDL, 2016.

Eduardo Vera-Cruz Pinto, *Curso de Direito Romano*, 2ª ed., Cascais, Principia, 2020.

Guilherme Moreira Alves, *Direito Romano*, São Paulo, 2018.

Interpretatio Prudentium. Direito Romano e Tradição romanística em revista, Lisboa, AAFDL, 2016 em diante.

Javier Paricio Serrano, *La formación del Derecho privado romano* Madrid, Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y Sociales, 2022.

Mario Bretone, *História do Direito Romano,* Lisboa, Editorial Estampa, 1990.

Max Kaser et alli, *Direito Privado Romano*, trad. port. da 16ª ed. alemã (1992), 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

Raul Ventura, *Manual de Direito Romano*, Vol. I, Tomo I, Lisboa, 1964.

Sebastião Cruz, *Direito Romano*, Vol. I, 3ª ed., Coimbra, 1980.

Sílvio Meira, *Instituições de Direito Romano*, São Paulo, IASP, 2017

História do Direito Português

1. HISTÓRIA, DIREITO E HISTÓRIA DO DIREITO.

Objecto. Método. Jus-historiografia e as novas perspectivas.

2. HISTÓRIA DO DIREITO EUROPEU E PORTUGUÊS MEDIEVAL.

a) Enquadramento histórico-político.

b) Conhecimento do Direito. Renascimento do Direito romano justinianeu como fenómeno

universitário.

c) Quadros supra-positivos.

1. A Justiça e o Direito.

2. Direito natural e Direito divino.

d) Direito canónico.

1. Fontes e primeiras colectâneas.

2. Influência do Direito romano justinianeu, canonística e *utrumque ius*.

3. Aceitação e resistência à aplicação em Portugal.

e) Direito costumeiro.

1. Conceito, relevância e gradual limitação. Relação com a lei e com o Direito local.

2. Direito judicial: estilos como costumes; façanhas e alvidros.

f) Direito local.

1. Cartas de povoação; Forais; Estatutos municipais.

2. Relação entre as cartas de privilégio, a lei régia e o costume.

g) Direito legislado:

1. Código Visigótico (vestígios);

2. Leis curiais (a Cúria de 1211, Cúria ordinária e extraordinária) e legislação régia.

h) Direito prudencial.

1. Escolas jurisprudenciais: i. Glosadores; a Magna Glosa de Acúrsio; Pós-acursianos; ii. Direito Romano e Direito Canónico; *utrumque ius*; iii. Comentadores e *ius commune*.

2. *Ars inveniendi*: o método e seus elementos. *Leges*, *rationes* e *auctoritates*.

3. Recepção e influência do *ius commune* em Portugal e formação do Direito próprio: i. A

fundação da Universidade; ii. Mediação castelhana (Siete Partidas).

3. HISTÓRIA DO DIREITO EUROPEU E PORTUGUÊS MODERNO

a) Renascimento e humanismo Ordenação do Direito e organização do Estado.

b) Ordenações Afonsinas (contexto e elaboração). Ordem de aplicação das fontes

c) Conhecimento do Direito no período moderno:

1. Humanismo jurídico.

2. Segunda escolástica.

d) O ensino do Direito. A reforma universitária de 1537.

e) Direito legislado no período moderno em Portugal:

1. Ordenações Manuelinas (elaboração, edições). Ordem de aplicação das fontes.

2. Compilação de Duarte Nunes de Leão e as Ordenações Filipinas.

3. Legislação régia (âmbito, publicidade, vigência).

f) Restantes fontes e sua regulação:

1. Assentos e interpretação autêntica.

2. Estilo da corte e Costume: regulação e cerceamento.

3. Direito canónico: beneplácito régio; cânones conciliares/Trento.

4. Direito prudencial: opinião comum dos doutores; os textos dos juristas portugueses.

5. Direito local; reforma dos forais.

g) Os séculos XVII e XVIII na Europa e em Portugal e a transição jurídico-política.

1. Contexto europeu e absolutismo: i. Jusracionalismo naturalista; ii. *Usus modernus pandectarum*; iii. Iluminismo. Humanitarismo.

2. Circulação das ideias iluministas em Portugal.

3. Consulado pombalino: Lei da Boa Razão; a Reforma pombalina da Universidade.

3. HISTÓRIA DO DIREITO EUROPEU CONTEMPORÂNEO (SÉCULO XIX)

a) Da Idade Moderna Idade à Contemporânea.

b) O final do século XVIII em Portugal e a questão do "Novo Código".

c) Monismo jurídico: Iluminismo, Liberalismo, Constituição e Codificação.

d) Codificação e Escola da Exegese.

e) Codificação portuguesa.

1. Textos constitucionais do século XIX.

2. Codificação administrativa, comercial, penal e processual. O Código Civil de 1867.

f) Reforma do ensino jurídico de 1836.

g) Escola Histórica do Direito.

h) A questão social e a resposta jurídica.

4. HISTÓRIA DO DIREITO EUROPEU E PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO (SÉCULO XX)

a) Escolas do Direito e pensamento jurídico: 1. Jurisprudência dos Conceitos. 2. Escola do Direito Livre. Jurisprudência dos Interesses.

b) A I República e o republicanismo em Portugal: a transformação jurídico-política.

c) O regresso do positivismo: o exemplo do normativismo jurídico.

d) Ditadura Militar e Estado Novo – O Direito do Corporativismo em Portugal:

e) Democracia e Direito - O 25 de Abril de 1974 e o Direito actual.

BIBLIOGRAFIA

António Manuel Hespanha, *Cultura Jurídica Europeia. Síntese de um Milénio*, Coimbra, Almedina, 2012.

António Manuel Hespanha, *Pluralismo jurídico e o direito democrático*, Coimbra, Almedina, 2019

Antonio Padoa Schioppa, *História do Direito na Europa*, São Paulo, Martins Fontes, 2014.

António Pedro Barbas Homem, *A Lei da Liberdade*. I. *Introdução Histórica à Filosofia Jurídica e Política. Épocas Medieval e Moderna*, Cascais, Principia, 2001.

António Pedro Barbas Homem: A Justiça e o Direito (vídeos) http://www.youtube.com/playlist?list=PLDE6EF54342BAC149

AA.VV., *Anuário de História do Direito* I, 1, Lisboa, AAFDL, 2020.

AA.VV., *Grandes Realizações do Direito Português*, ebook, Lisboa, 2016.

AA.VV., *Prontuário Jurídico*, Lisboa, AAFDL, 2021.

Franz Wieacker, *História do Direito Privado Moderno*, 4.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

Guilherme Braga da Cruz, *O direito subsidiário na história do Direito português*, Separata de Revista Portuguesa de História 14, Coimbra, 1975.

José A. Duarte Nogueira, *Lei e Poder Régio*. I – *As Leis de Afonso II*, Lisboa: AAFDL, 2006.

José Domingues, *As Ordenações Afonsinas – Três Séculos de Direito Medieval (1211-1512)*, Sintra, Zéfiro, 2008

Jose Sanchez Arcilla-Bernal, *Una historia del Derecho contemporáneo (siglo XX)*, Madrid, Dykinson, 2021

Marcelo Caetano, *História do Direito Português*, 4ª ed., Lisboa, 2000

Margarida Seixas, *História do Direito Português– Aulas ao Curso de 2021/2022* – I parte, Lisboa, AAFDL, 2022

Mário Júlio de Almeida Costa, *História do Direito Português*, 5ª ed. Revista e actualizada com a colaboração de Rui Manuel de Figueiredo Marcos, Coimbra 2012.

Mário Reis Marques, *O liberalismo e a codificação do direito civil em Portuga*l. *Subsídios para o estudo da implantação em Portugal do direito moderno*, Coimbra, suplemento ao BFDUC , 1987.

Nuno Espinosa Gomes da Silva, *História do Direito português*. *Fontes de Direito*, 7.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2019.

Ruy de Albuquerque e Martim de Albuquerque, *História do Direito português*, 12 ª ed., Lisboa, AAFDL, 2022

B) CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS

Economia

I Parte - Introdução

1. Conceitos introdutórios

2. O modo de pensar do economista

II Parte - Microeconomia

3. Interdependência e trocas;

4. As forças de mercado;

5. A intervenção do Estado no mercado;

6. A procura em mercados concorrenciais;

7. O investimento e a oferta em mercados concorrenciais;

8. Os fatores tempo e risco;

9. O mercado concorrencial;

10. Mercados de concorrência imperfeita

III Parte – Microeconomia Aplicada

11. Custos de Agência. A não-maximização do lucro

12. A Repartição do Rendimento

13. A Desigualdade e a Pobreza

14. Os Impostos

15. O Problema Ambiental

16. A Intervenção do Estado e a "Escolha Pública"

Bibliografia:

Fernando Araújo (2021), *Introdução à Economia* - I, 4a ed., Lisboa, AAFDL Ed. Imprensa FDUL ;

Fernando Araújo (2021), *Introdução à Economia* - II, 4a ed., Lisboa, AAFDL Ed. Imprensa FDUL ;

João César das Neves (2011), *Introdução à Economia*, 9ª Edição, Verbo;

Paul A. Samuelson, William D. Nordhaus (2012), *Economia*, 19ª Edição, Mcgraw-Hill;.

Finanças Públicas

I – Aspetos introdutórios das Finanças Públicas

1. Definição de finanças públicas

2. Instrumentos das finanças públicas e variáveis orçamentais

3. Sector público e perímetros orçamentais nos vários subsectores institucionais (central, regional e local)

4. Sistemas contabilísticos aplicáveis às entidades públicas.

II – Finanças Públicas e a política orçamental

1. Variáveis macroeconómicas

2. Do curto ao longo prazo na economia e o debate na teoria económica

3. Os dois braços das políticas macroeconómicas: política monetária e política orçamental

4. Estabilização macroeconómica

III – O quadro europeu das finanças públicas

1. União Económica e Monetária (UEM) e a razão de ser do sistema de regras orçamentais

2. Política orçamental na área do euro

3. Dos critérios de convergência nominal à versão PEC 5.0

IV – O quadro jurídico nacional das finanças públicas

1. A Constituição portuguesa

2. A Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) e a sua evolução

3. A natureza jurídica da LEO e a sua relação com a Constituição

4. O objeto da LEO: o Orçamento do Estado e o seu ciclo de vida

5. A sistemática da LEO

6. O sistema de vinculações do OE

7. A difícil relação entre a LEO e o OE no quadro constitucional português

V – Instrumentos das finanças públicas

1. Orçamento do Estado

1.1. Definição e funções

1.2. A dimensão política e técnica do OE

1.3. Garantias de estabilidade do quadro orçamental: o papel da 'leitravão'

1.4. OE e os instrumentos de programação orçamental.

1.5. A natureza jurídica da Lei do OE e particularidades do seu conteúdo

1.6. O ciclo de vida do OE: Elaboração e organização, Aprovação, Execução e alterações e Fiscalização

2. Receitas públicas

2.1. Noção, objetivos e modalidades de receitas públicas

2.2. Em especial, as receitas tributárias

3. Despesas públicas

3.1. Noção e modalidades de despesas públicas

3.2. A despesa pública enquanto transferência de recursos para diversos outros sectores: transferências para entidades dentro e fora do perímetro

3.3. Despesa pública por funções do Estado

3.4. Despesas rígidas/permanentes e o seu peso na despesa pública total; o condicionamento de medidas novas, em especial no investimento público

3.5. Orçamentação e gestão da despesa pública

4. O património do Estado

4.1 Modalidades de património

4.2 Bens de domínio público e privado

4.3 O regime do património público

4.4 Gestão do património e receitas patrimoniais

VI – Variáveis e riscos orçamentais

1. Saldo orçamental

1.1 Noção de equilíbrio orçamental

1.2 Saldos orçamentais à luz das diferentes óticas contabilísticas

1.3 A abordagem europeia dos saldos orçamentais: saldo estrutural e o objetivo orçamental de médio prazo

1.4 O princípio da estabilidade orçamental e a sua concretização na LEO

2. Dívida pública

2.1. A dívida pública enquanto forma de financiamento do Estado

2.2. Conceito de dívida pública e conceitos afins

2.2. Evolução da dívida pública em Portugal

2.3. Restrição intertemporal do Estado e a sustentabilidade da dívida pública

2.4. Sustentabilidade e a equação da dinâmica da dívida: o efeito dinâmico; o saldo primário; o ajustamento défice-dívida

2.5. A "análise da sustentabilidade da dívida" à luz do novo quadro de governação económica europeia

2.6. Principais instrumentos financeiros de dívida pública

2.7. Emissão e gestão da dívida pública

2.8. O regime jurídico da dívida pública na ótica da contabilidade pública: a Constituição e a lei da dívida pública

3. Riscos orçamentais

3.1. Noção de riscos orçamentais; riscos versus pressões orçamentais

3.2. A relação entre riscos orçamentais e a sustentabilidade das finanças públicas.

VII – Controlo orçamental e supervisão da política orçamental

1. Formas de controlo orçamental

2. O Tribunal de Contas

3. Supervisão da política orçamental: o Conselho das Finanças Públicas

Bibliografia

Nazaré Costa Cabral e Guilherme Waldemar d'Oliveira Martins (2024, reimpressão). *Finanças Públicas e Direito Financeiro – Noções Fundamentais*, A.A.F.D.L.: Lisboa

ANTÓNIO DE SOUSA FRANCO. (2015). *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, Vols. I e II, Almedina: Coimbra

Maria d'Oliveira Martins, (2023). *Lições de Finanças Públicas e Direito Financeiro*, Almedina: Coimbra

EDUARDO PAZ FERREIRA (2020). *Ensaio de Finanças Públicas*, Almedina: Coimbra

JOAQUIM MIRANDA SARMENTO (2016). *Manual de Finanças Públicas e de Contas Nacionais no Setor das Administrações Públicas*, Almedina: Coimbra

Direito Fiscal

I. Introdução

1. Caracterização do Direito Fiscal e princípios estruturantes

II. Tributos

1. Conceito de tributos
2. Impostos, taxas e contribuições financeiras: conceito e elementos essenciais
3. Posição do Tribunal Constitucional sobre a matéria
4. Classificações dos impostos

III. Relação jurídica tributária

1. Sujeitos
2. Categorias
3. Contribuinte, substituto e substituído tributário
4. Responsabilidade tributária
5. Sucessão tributária
6. Constituição, alteração e extinção da relação jurídica tributária

IV. Princípios constitucionais formais e materiais

1. Princípio da legalidade fiscal

1.1 A reserva de lei fiscal: justificação, reserva de lei competencial e princípio da tipicidade fiscal

2. Princípio da proibição da retroatividade fiscal

2.1. Retroatividade e retrospetividade

2.2 A proteção da confiança

3. Princípio da igualdade fiscal

3.1 Princípio da capacidade contributiva

4. Princípio da tributação do rendimento real
5. Princípio da praticabilidade

5.1 Presunções inilidíveis e tipificações legais

5.2 Proibição de presunções e ónus da prova

V. Impostos em especial

(permitindo a concretização dos pontos III. e IV. do Programa)

1. IRS

1.1 Características, estrutura e processo de liquidação do imposto

1.2 Incidência pessoal

1.3 Incidência real - Categorias de rendimentos

1.4 Determinação do rendimento tributável e regime de tributação de cada categoria

1.5 Elementos sintéticos do IRS – Normas comuns do imposto

2. IRC

2.1. Enquadramento e noções gerais

3. IVA

3.1 Enquadramento e noções gerais

VI. Interpretação das leis fiscais

1. Regras gerais
2. Conceitos importados
3. O art. 11. da LGT
4. Indeterminação legal e analogia

VII. Elisão ou abuso fiscal, evasão e fraude fiscais e planeamento fiscal agressivo

1. Segurança jurídica e justiça fiscal
2. Planeamento fiscal, evasão fiscal, elisão fiscal
3. Cláusula geral antiabuso e cláusulas específicas antiabuso

VIII. Grandes desafios ao nível da fiscalidade nacional e internacional

Bibliografia

Ana Paula Dourado, *Direito Fiscal - Lições*, 7ª ed., Almedina, Coimbra, 2022

Paula Rosado Pereira, *Manual de IRS*, 5ª ed., Almedina, Coimbra, 2023

ANA PAULA DOURADO, *O Princípio da Legalidade Fiscal - Tipicidade, Conceitos Jurídicos Indeterminados e Margem de Livre Apreciação*, Almedina, Coimbra, 2007 – (Vide capítulo I, para a matéria do princípio da legalidade fiscal)

PAULA ROSADO PEREIRA, *Convenções sobre Dupla Tributação no Atual Direito Fiscal Internacional*, 2ª ed., Almedina, Coimbra, 2022

- «As diversas vertentes do princípio da capacidade contributiva e o IRS», in PAULA ROSADO PEREIRA (Coord.) – *Temas de IRS – Princípios Constitucionais, Tributação e Garantias*, Almedina, Coimbra, 2020, pp. 9-80.

SÓNIA MARTINS REIS, «Proibição da retroatividade da lei fiscal no contexto do IRS», in PAULA ROSADO PEREIRA (Coord.) – *Temas de IRS – Princípios Constitucionais, Tributação e Garantias*, Almedina, Coimbra, 2020, pp. 81-138.

JOÃO RICARDO CATARINO / PAULA ROSADO PEREIRA (Coords), *Fiscalidade Internacional – Questões Atuais*, Almedina, Coimbra, 2023.

C) CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Conceito e tipos de Constituição
2. O poder constituinte
3. As vicissitudes constitucionais
4. O sistema normativo da Constituição: fontes, princípios e normas
5. O princípio do Estado de Direito e os seus subprincípios
6. Conceito e tipos de direitos fundamentais
7. Os deveres fundamentais
8. Os direitos, liberdades e garantias, os direitos económicos, socias e culturais e os direitos de natureza análoga à dos primeiros
9. Os direitos fundamentais extraconstitucionais
10. O papel da Declaração Universal dos Direitos do Homem no sistema de direitos fundamentais
11. O princípios da universalidade e da igualdade
12. A renúncia aos direitos fundamentais
13. A vinculação das entidades públicas e privadas aos direitos, liberdades e garantias
14. As limitações e as restrições aos direitos, liberdades e garantias
15. Os requisitos formais e materiais das restrições aos direitos, liberdades e garantias
16. A concretização dos direitos económicos, sociais e culturais pelo legislador
17. O princípio da separação de poderes
18. O Presidente da República
19. A Assembleia da República
20. O Governo
21. O sistema de governo na Constituição de 1976

21. O conceito de lei

22. O sistema de atos legislativos da Constituição de 1976

23. As leis de valor reforçado

24. A atividade legislativa da Assembleia da República

25. A atividade legislativa do Governo

26. A atividade legislativa das regiões autónomas

27. Noção e tipos de inconstitucionalidade

28. Os desvalores do ato inconstitucional

29. O sistema de fiscalização da constitucionalidade e da legalidade na Constituição de 1976

30. A fiscalização preventiva

31. A fiscalização concreta

32. A fiscalização sucessiva abstrata

33. A fiscalização da inconstitucionalidade por omissão

Bibliografia

PAULO OTERO, *Direito Constitucional Português*, I e II, Coimbra, 2010

CARLOS BLANCO DE MORAIS, *Curso de Direito Constitucional*, I e II, Coimbra, 2022 e 2018

CARLOS BLANCO DE MORAIS, *O Sistema Político*, Coimbra, 2017

JORGE REIS NOVAIS, *Manual de Direitos Fundamentais*, Lisboa, 2024

JOSÉ DE MELO ALEXANDRINO / JAIME VALLE, *Lições de Direito Constitucional*, I, 4.ª ed., Lisboa, 2022

JOSÉ DE MELO ALEXANDRINO, *Lições de Direito Constitucional*, II, 3.ª ed., Lisboa, 2023

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Administração pública, função administrativa e Direito Administrativo

2. O Direito Administrativo nacional, europeu e global

3. Os princípios fundamentais da organização administrativa

4. Pessoas coletivas, órgãos e serviços administrativos

5. Os órgãos colegiais administrativos

6. As relações administrativas interorgânicas e subjetivas: hierarquia, delegação de poderes, superintendência e tutela

7. As estruturas da administração pública portuguesa

8. Os princípios fundamentais da atividade administrativa

9. O regulamento administrativo: noção e espécies

10. O procedimento regulamentar

11. As relações entre os regulamentos administrativos externos

12. O ato administrativo: conceito e espécies

13. O procedimento administrativo

14. A eficácia do ato administrativo

15. A execução do ato administrativo

16. Os requisitos de validade do ato administrativo

17. A invalidade do ato administrativo e as suas consequências

18. Extinção e modificação do ato administrativo

19. As impugnações administrativas

20. O contrato administrativo: noção e espécies

30. A formação do contrato administrativo

31. A execução do contrato administrativo

32. A responsabilidade administrativa: noção, espécies e pressupostos

33. A evolução recente do contencioso administrativo em Portugal

34. As modalidades da ação administrativa

35. Os pressupostos processuais: competência, legitimidade e prazos

36. Os processos urgentes

37. A tutela cautelar

37. Os recursos

38. A arbitragem

Bibliografia

J. M. SÉRVULO CORREIA / FRANCISCO PAES MARQUES, *Noções de Direito Administrativo*, I, 2.ª ed., Coimbra, 2021

PAULO OTERO, *Manual de Direito Administrativo*, I, Coimbra, 2016

PAULO OTERO, *Direito do Procedimento Administrativo*, Coimbra, I, 2024

VASCO PEREIRA DA SILVA, *O contencioso administrativo no divã da psicanálise*, 2.ª ed., Coimbra, 2009

VASCO PEREIRA DA SILVA, *Direito Constitucional e Administrativo sem fronteiras*, Coimbra, 2019

MARIA JOÃO ESTORNINHO, *Curso de Direito dos Contratos Públicos*, Coimbra, 2013

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. Conceito e natureza do Direito Internacional Público

2. As fontes do Direito Internacional: aspetos gerais

3. O costume internacional

4. O tratado internacional

5. A vinculação às convenções internacionais na Constituição de 1976

6. As relações entre o Direito Internacional e o direito interno: monismo e dualismo.

9. A inserção e a hierarquia do Direito Internacional na Constituição de 1976

10. O conjunto dos sujeitos de Direito Internacional

11. O Estado soberano

12. Os Estados semi-soberanos

13. Os outos sujeitos de base territorial

14. O indivíduo

15. As organizações internacionais

16. A organização das Nações Unidas

17. A regulação jurídico-internacional da manutenção da paz e do uso da força

Bibliografia

Maria Luísa Duarte, *Direito Internacional Público e ordem jurídica global do século XXI*, 2.ª ed., Lisboa, 2023

Eduardo Correia Baptista, *Direito Internacional Público*, I e II, Lisboa, 2015

DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA

1. A evolução do processo de construção europeia

2. A natureza jurídica da União Europeia

3. A cidadania da União Europeia

4. A estrutura decisória da União Europeia

5. Os princípios fundamentais de vinculação institucional

6. As atribuições, a estrutura institucional e orgânica e os procedimentos de decisão da União Europeia

7. O procedimento de aprovação de atos legislativos

8. O procedimento de vinculação internacional da União Europeia

9. As fontes do Direito da União Europeia

10. As relações entre o direito interno e o Direito da União Europeia

11. A delimitação das competências entre a União Europeia e os Estados-membros

12. O diálogo entre os tribunais nacionais e o Tribunal de Justiça da União Europeia

Bibliografia

Maria Luísa Duarte, *Direito da União Europeia*, Lisboa, 2021

Ana Maria Guerra Martins, *Manual de Direito da União Europeia*, 2.ª ed., Coimbra, 2018

D) CIÊNCIAS JURÍDICAS

Teoria Geral do Direito Civil

§ 1. A personalidade jurídica

1. Começo da personalidade

2. Termo da personalidade

3. Direitos de personalidade e tutela jurídica da personalidade

§ 2 Pessoas singulares

1. Domicílio

2. Ausência e morte presumida

3. Menoridade e supressão das incapacidades

4. O maior acompanhado

§ 4.º A origem das pessoas coletivas: dos rudimentos à personificação

§ 5.º Tipologias de pessoas coletivas privadas

1. Fundações

2. Associações

3. Sociedades civis puras

§6. O substrato, a organização e o reconhecimento das pessoas coletivas

§ 7.º A capacidade (de gozo) das pessoas coletivas

§ 8.º A organização das pessoas coletivas

§ 9.º A atuação das pessoas coletivas e a teoria da representação orgânica

§ 10.º Bens e coisas

1. Bens e coisas

2. O património

3. O relevo jurídico da noção de coisa

4. Noção e características das coisas

5. Classificações das coisas

§ 11.º Facto jurídico e negócio e jurídico

1. Factos e atos jurídicos

2. Classificação dos negócios jurídicos

3. Formação do negócio jurídico

4. Requisitos do objeto do negócio

5. Interpretação do negócio jurídico

6. Vícios do negócio jurídico

6.1 Ausência da vontade

6.2. Divergência intencional entre a vontade real e a vontade declarada

6.3. Divergência não intencional entre a vontade real e a vontade declarada

6.4. Erro da vontade (erro-vício)

7. Desvalores do negócio jurídico

§ 11.º Exercício jurídico

1. A representação

2. A repercussão do tempo nas situações jurídicas

3. O abuso do direito

4. A colisão de direitos

5. A tutela privada dos direitos

6. A prova

Bibliografia:

ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Tratado de direito civil*, Vol. II (5.ª ed., 2021), Vol. III (4.ª ed., 2019) , VOl. IV (5.ª ed., 2019) e Vol. V (3.ª ed., 2017) , Almedina.

CARLOS MOTA PINTO, *Teoria geral do direito civil*, 5.ª ed. (por António Pinto Monteiro e Paulo Mota Pinto), Gestlegal, 2020.

PEDRO PAIS VASCONCELOS/PEDRO LEITÃO PAIS VASCONCELOS. *Teoria geral do direito civil*, 9.ª ed., Almedina, 2019.

Direito das Obrigações

§1.º Conceito, estrutura e modalidades das obrigações

1. Conceito de obrigação.

2. Elementos das obrigações

3. Características da obrigação

5. Direitos de crédito e direitos reais

6. O objeto da obrigação

7. Obrigação civil e natural

8. Modalidades das obrigações

§2. Fontes das obrigações

1. Contratos

1.1. Contratos típicos e atípicos. Contratos mistos. Uniões de contratos

1.2. Formação

1.3. Contratos de adesão

1.4 Contrato-promessa

1.5. Pactos de preferência e de opção

1.6. Contratos a favor de terceiro

1.7. Contrato para pessoa a nomear

1.8. Contrato com eficácia de proteção para terceiros

2. Negócios unilaterais

3. Gestão de negócios

4. Enriquecimento sem causa

5. Responsabilidade civil

5.1. Noção. Responsabilidade civil contratual e extracontratual

5.2. Responsabilidade por factos ilícitos

5.3. Responsabilidade pelo risco

5.4. Responsabilidade por factos lícitos

5.5. A obrigação de indemnização

5.6. O concurso das responsabilidades contratual e extracontratual e o seu regime

§3. Transmissão das obrigações

1. Cessão de créditos

2. Sub-rogação

3. Assunção de dívida

4. Cessão da posição contratual

§4.º Garantia das obrigações

1. O património do devedor

2. O princípio *par condictio creditorum*

3. Os meios de conservação da garantia patrimonial

3.1. Declaração de nulidade

3.2. Sub-rogação do credor ao devedor

3.3. Impugnação pauliana

3.4. Arresto

4. Garantias especiais

§5.º Cumprimento das obrigações

1. Noção e princípios gerais

2. Capacidade e legitimidade para cumprir

3. Lugar e tempo do cumprimento

4. Imputação do cumprimento

5. Prova do cumprimento

6. Efeitos do cumprimento

7. Natureza jurídica do cumprimento

§6.º Não cumprimento das obrigações

1. Não cumprimento das obrigações não imputável ao devedor

1.1. O direito da impossibilidade

1.2. Mora do credor

2. Não cumprimento das obrigações imputável ao devedor

2.1. A responsabilidade contratual

2.2. Mora do devedor

2.3. Incumprimento definitivo

2.4. Cumprimento defeituoso

2.5. A declaração de não cumprimento

2.6. Realização coativa da prestação

2.7. Fixação contratual dos direitos do credor

§7.º Outras causas de extinção das obrigações

Bibliografia:

ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Tratado de direito civil*, Vol. VI (3.ª ed., 2019), Vol. VII (2.ª d., 2023), VIII (2.ª d., 2023) e IX (3.ª ed., 2017), Almedina;

Luís Menezes Leitão, *Direito das obrigações,* Vol. I (16.ª ed., 2022) e Vol. II (13.ª ed., 2021), Almedina.

Direito Comercial e das Sociedades Comerciais

A) Direito Comercial

§1.º O Direito Comercial enquanto Direito Privado

§2.º Atos de comércio

§3.º Os comerciantes

3.1. Generalidades

3.2. Classificações de comerciantes

3.3. Firma e denominação social

3.4. Escrituração mercantil e prestação de contas

3.5. Registo comercial

§4.º A empresa

1. Sentidos subjetivo e objetivo de empresa

2. O local do exercício do comércio

3. O arrendamento comercial. Âmbito de aplicação.

4. Estabelecimento comercial

4.1. Noção e elementos componentes do estabelecimento

4.2. Os negócios sobre o estabelecimento: alienação e locação

4.3. Penhor de estabelecimento

4.4. Usufruto do estabelecimento

4.3. Natureza jurídica do estabelecimento

§5.º Contratos e Operações Comerciais

1. Contratos relativas à transmissão ou disponibilização de bens.

1.1. A compra e venda comercial

1.2. A troca comercial

1.3. O empréstimo

1.4. O arrendamento comercial

1.5. O aluguer

1.6. O reporte

2. contratos de intermediação

2.1. O mandato comercial

2.2. A comissão

2.3. A mediação

3. Os contratos de distribuição

3.1. A agência

3.2. A concessão comercial

3.3. A franquia (*franchising*)

4. Os contratos de cooperação empresarial.

4.1. O consórcio

4..2. A associação em participação

4.3. O ACE

4.4. O AEIE

4.5. O contrato de exploração de loja em centro comercial

5. Os contratos de prestação de serviços

5.1. O depósito

5.2. O transporte

5.3. O seguro

6.. Os contratos de crédito.

6.1. O contrato de conta corrente

6.2. O Mútuo comercial

6.3. A locação financeira

6.4. A cessão financeira

Bibliografia:

ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Direito comercial,* 5.ª ed., Almedina, 2022.

Pedro Pais Vasconcelos/ Pedro Leitão Pais de Vasconcelos, *Direito Comercial*, I, 2.ª edição, Almedina, 2020.

B) Direito das Sociedades Comerciais

§1.º O direito das sociedades e respetivos princípios

§2.º Constituição das sociedades, invalidades e atuação anterior ao registo

§ 3.º Personalidade jurídica

§ 4.º Capacidade jurídica

§ 6.º Entradas

1. Tipo de entradas

2. Tempo do cumprimento

3. Mora e incumprimento

§ 7.º O estatuto de sócio

§8.º Capital social e reservas

1. Funções do capital social

2. Princípio da formação real e princípio da intangibilidade do capital social

3. Apuramento dos lucros distribuíveis e processo de distribuição

4. Perda de metade do capital social

5. Alteração do capital social

§8.º Prestações para além das entradas

8.1 Prestações acessórias

8.2 Prestações suplementares

8.3 Suprimentos

§9.º As deliberações sociais

9.1 Regime geral

9.2. Nulidade e anulabilidade das deliberações sociais

9.3. Meios de reação contra deliberações sociais inválidas

9.4. A renovação das deliberações sociais

§ 10.º A administração da sociedade

§ 11.º A fiscalização da sociedade

§ 12.º Modificação das sociedades

§ 13.º Grupos de sociedades

Bibliografia:

JORGE COUTINHO DE ABREU, *Curso de direito comercial,* Vol. II, 8.ª ed., Almedina, 2024.

PAULO OLAVO CUNHA, *Direito das sociedades comerciais,* 7.ª ed. Almedina, 2019.

Direito Processual Civil

§1.º Noção de processo

§2.º Elementos do processo

§3.º Princípios do Processo Civil

3.1 O princípio da equidade

3.2. O princípio da igualdade de armas

3.3. O princípio do contraditório

3.4. O princípio do dispositivo

3.5. O princípio do inquisitório

3.6. O dever de gestão processual

3.7. O princípio da cooperação

3.8. O princípio da legalidade.

§4. As diferentes espécies de ações.

§5.º Objeto do processo civil

§6.º Sujeitos do processo civil

§7.º A relação processual

§8.º Formas do processo

§9.º A noção de caso julgado

Bibliografia:

JOÃO DE CASTRO MENDES/MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Manual de processo civil*, vols. I e II, AAFDL, 2022

Direito Penal

§1.º Princípios e fontes do Direito Penal

§2.ºFundamentos do Direito Penal

§3.º Interpretação e aplicação temporal, espacial e pessoal da Lei Penal

§4.º A relevância penal da omissão e os limites do juízo de imputação penal

§ 5.º A imputação objetiva (a tipicidade objetiva)

§6.º A imputação subjetiva (a tipicidade subjetiva): dolo e negligências

§7.º Justificação

7.1. Legítima defesa.

7.2. Estado de necessidade

7.3. Conflito de deveres

7.4. Consentimento do lesado

§ 8.º Culpa: inimputabilidade, erro sobre a ilicitude e causas de desculpa

§9.º Autoria e comparticipação

9.1. A autoria

9.2. Modalidade de autoria

9.3. Coautoria

9.4. Instigação

9.5. Cumplicidade

9.6. Comparticipação

§ 10. A tentativa

§11. Concurso de normas e de crimes

Bibliografia:

JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, *Direito Penal – Parte Geral*, T. I (*Questões Fundamentais, A Doutrina Geral do Crime)*, 3.ª reimpr., Gestlegal, 2019.

MARIA FERNANDA PALMA, *Direito Penal - Conceito Material do Crime, Princípios e Fundamentos, Teoria da Lei Pena*l, 4.ª ed., AAFDL. 2020

MARIA FERNANDA PALMA, *Direito Penal – A Teoria Geral da Infração como Teoria da Decisão Penal*, 5.ª ed., Lisboa: AAFDL, 2019.